

Divulgação/Anamatra



Treviso, da Anamatra, defende a competência da Justiça do Trabalho

Iano Andrade/CNI



Alexandre Vitorino, da CNI: a CLT pode coexistir com diversos formatos de trabalho

Acervo Pessoal



Advogada Larissa critica o parecer da PGR por esvaziar a Justiça do Trabalho

Quem recorre à Justiça

A advogada Larissa Rodrigues atende trabalhadores pejotizados em Brasília. Seu escritório costuma receber um tipo de cliente que não aparece nos relatórios: aquele que descobre tarde demais que abriu uma empresa para si mesmo.

A proposta, diz Larissa, costuma chegar pronta. “A empresa anuncia uma vaga CLT com salário de R\$ 3.500. No final, diz: ‘Se quiser PJ, pagamos R\$ 4.500.’ Para muitos, é mais interessante ter mais dinheiro no bolso, mesmo sem FGTS, 13º e férias.”

Em um caso recente, um empregado com seis anos de carteira assinada foi demitido e pressionado a abrir CNPJ para ser recontratado. Continuou no mesmo local, no mesmo horário, com o mesmo chefe. “Mas passou a emitir nota fiscal, sem qualquer proteção trabalhista.” O caso terminou em acordo homologado.

A prova mais comum é o WhatsApp. “É a prova campeã”, diz Larissa. “Na primeira dúvida, salve os prints com data e horário, guarde os e-mails.” Sobre o parecer da PGR: “É muito ruim. Esvazia a competência de uma Justiça especializada prevista na Constituição.”

Denise Rodrigues Pinheiro, advogada desde os anos 1980, resume: “Quando comecei, a pejotização já existia, com outra roupagem, mas tinha um nome claro na Justiça do Trabalho: fraude. De 2017 para cá, foi institucionalizada pela Reforma Trabalhista e por decisões do Supremo.”

Se o STF validar amplamente a pejotização, o que muda? “Vai ficar muito mais difícil reconhecer vínculo. A pejotização não vai diminuir. Pelo contrário, tende a crescer”, diz Larissa.

***Estagiário sob a supervisão de Ana Sá**

Raio X

Quem são os trabalhadores pejotizados

PERFIL DE RENDA

Faixa de renda



93%

dos trabalhadores pejotizados ganham menos de R\$ 6 mil por mês

41,7%

dos MEIs inscritos no CadÚnico recebem Bolsa Família

A ESCALA DO FENÔMENO

13,1 milhões

de MEIs ativos no Brasil (2025). Recorde histórico.

4,8 milhões

deixaram a CLT e migraram para PJ entre 2022 e 2024 (MTE).

R\$ 711 bi

de impacto atuarial negativo do MEI no INSS (FGV Ibre).

1,21 milhão

de ações trabalhistas com pedido de vínculo (2020–2025, MPT).

50 mil

ações paradas no país inteiro pela suspensão do STF (CNJ).

R\$ 61,42 bi

em evasão contributiva estimada no período (MTE).

Fontes: Nota Técnica MTE (SEI 3025/2025), audiência pública Câmara dos Deputados, Sebrae/MDS.

processar e julgar os litígios decorrentes de relações de trabalho.” Se a competência for para a Justiça Comum, o mesmo processo seria julgado duas vezes. “Ninguém que está errado quer que o processo trmite de forma célere na justiça.”

“Colocar nas costas do trabalhador o encargo de produzir a prova da fraude é praticamente uma prova diabólica. É Davi contra Golias”, mostra o juiz Treviso. Segundo nota técnica

do Ministério do Trabalho apresentada em audiência pública na Câmara, mais da metade dos pejotizados recebe menos de R\$ 2 mil por mês. Somados aos que ganham até R\$ 6 mil, são 93% do total. E 41,7% dos MEIs no CadÚnico recebem Bolsa Família, segundo cruzamento do Sebrae com o MDS. “São trabalhadores de baixa renda”, disse Treviso.

Há quem se beneficie do regime. Médicos, consultores,

desenvolvedores escolhem ser PJ. Mas entre os 93%, a palavra “escolha” raramente descreve o que aconteceu. Treviso foi direto: “O PJ é uma empresa. Empresa não tem cor, não tem raça, não tem gênero. Uma trabalhadora PJ não tem estabilidade gestacional. Um trabalhador PJ negro não tem proteção contra o racismo.” E sobre a Previdência: “Se o Supremo reconhecer a pejotização tal como está, eu não tenho dúvida de que a Previdência Social vai quebrar.”

O OUTRO LADO DA MESA

Alexandre Vitorino, diretor jurídico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), disse que a entidade representativa do empresário não quer o fim da CLT: “Queremos que valha apenas o que o STF já disse, que é: ‘existem várias formações de trabalho que podem coexistir com o sistema celetista.’ Ele argumenta que o trabalho autônomo sempre conviveu com o regime celetista e que novas formas de trabalho surgiram com a economia digital e com as plataformas. Ressalta que hoje, com a implementação da sociedade em informação, surgiram diversas novas formas de trabalho, como os trabalhos de plataforma que envolvem economia compartilhada.

Vitorino fez questão de separar a indústria do debate. “Alguma indústria vai demitir operários de chão de fábrica para substituir por pejotização? Não.” Um funcionário que recebe R\$ 3 mil na CLT custa à empresa cerca de R\$ 5.400. Como PJ, o mesmo serviço pode custar R\$ 3.500. Mas reconheceu limites: “Não ignoro que há setores em que esse debate é mais complexo. Sobretudo no setor de serviços, no comércio.”

Sobre o oportunismo de mão dupla: “A Justiça do Trabalho não se dá conta de que, ao invalidar a pejotização, faz com que o sócio ganhe nas duas contas.” Citou decisão de Alexandre de Moraes: em caso de fraude, deve haver recolhimento da diferença de tributos. “Senão, ele terá o melhor dos dois mundos, e isso não é aceitável.” Encerrou: “A diferença entre o veneno e o remédio é a dose.”